UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BRUNA GONÇALVES DE SOUSA

A DECLARAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL (DAI) DA LEI ESTADUAL Nº
21.231/2022 COMO INSTRUMENTO ECONÔMICO DE ESTÍMULO À REPARAÇÃO
DO MEIO AMBIENTE NO ESTADO DE GOIÁS

CURITIBA

2023

BRUNA GONÇALVES DE SOUSA

A DECLARAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL (DAI) DA LEI ESTADUAL Nº
21.231/2022 COMO INSTRUMENTO ECONÔMICO DE ESTÍMULO À REPARAÇÃO
DO MEIO AMBIENTE NO ESTADO DE GOIÁS

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Direito Ambiental da Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Direito Ambiental.

Orientador: Prof. Paulo de Tarso de Lara Pires

Coorientadora: Profa. Jaqueline de Paula Heimann

CURITIBA

2023

RESUMO

A Declaração Ambiental do Imóvel, instituída pela Lei nº 21.231/2022 do Estado de Goiás, tem eficácia como estratégia de proteção ambiental e funciona como instrumento econômico para estimular a remediação voluntária de passivos florestais constituídos entre 22 de julho de 2008 e 27 de dezembro de 2019. Ao fornecer a DAI como uma ferramenta com benefícios positivos, relevantes e efetivos, o legislador estadual incentivou esses infratores a se manifestarem espontaneamente e buscarem consentimento para realizar a regularização ambiental, o que aumenta a eficácia da correção por meio da cooperação direta do infrator, facilitando a fiscalização pelo órgão ambiental. O objetivo realístico da DAI é a garantia da integridade do equilíbrio ecológico, a construção de uma sociedade mais justa e livre, sem deixar de receber as contribuições das ciências econômicas para que possa ser um instrumento eficiente, a influenciar relações de custos e benefícios dos interessados, de sorte a direcionar decisões e comportamentos de cidadãos e empreendimentos para o caminho da proteção e preservação ao meio ambiente.

Palavras chaves: Economia; Meio Ambiente; Direito Ambiental Econômico; Declaração Ambiental do Imóvel; Proteção ao Meio Ambiente; Reparação do Meio Ambiente.

ABSTRACT

The Environmental Declaration of the Property, instituted by Law nº 21.231/2022 of the State of Goiás, is effective as an environmental protection strategy and works as an economic instrument to stimulate the voluntary remediation of forest liabilities constituted between July 22, 2008 and December 27, 2019. By providing the DAI as a tool with positive, relevant and effective benefits, the state legislator encouraged these violators to spontaneously come forward and seek consent to carry out environmental regularization, which increases the effectiveness of correction through the direct cooperation of the violator, facilitating inspection by the environmental agency. The realistic objective of the DAI is to guarantee the integrity of the ecological balance, the construction of a fairer and freer society, without ceasing to receive the contributions of the economic sciences so that it can be an efficient instrument, to influence cost-benefit relations of the interested parties, to direct decisions and behavior of citizens and enterprises towards the path of protection and preservation of the environment.

Key-words: Economy; Environment; Economic Environmental Law; Environmental Declaration of the Property; Environmental Protection; Environmental repair.

1 INTRODUÇÃO

A Lei nº 21.231/2022 inovou as medidas de regularização dos passivos ambientais, de forma que em alguns aspectos mitigou as reparações por danos ambientais, enquanto em outros aspectos os ampliou, de acordo com a atividade implantada na área objeto da reparação, bem como de acordo com o marco temporal em que o dano ambiental foi realizado.

Assim, interpreta-se que os passivos ambientais realizados antes de 22 de julho de 2008 serão regularizados por meio do Programa de Regularização Ambiental (PRA), ao passo que os passivos ambientais ocorridos entre 22 de julho de 2008 e 27 de dezembro de 2019 serão regularizados por meio da Declaração Ambiental do Imóvel, e, por fim, os passivos ambientais acontecidos após 27 de dezembro de 2019 serão regularizados por meio de autorização corretiva, ou seja, através da licença corretiva no sistema eletrônico de Licenciamento Ambiental do Estado de Goiás, denominado como Sistema Ipê.

Em linhas gerais, a Declaração Ambiental do Imóvel (DAI) é um formulário eletrônico que poderá ser preenchido de forma voluntária pelo interessado, cujo objetivo é regularizar os passivos ambientais de áreas rurais e urbanas, a fim de promover o estímulo aos licenciamentos ambientais de atividades ou empreendimentos relacionados ao imóvel.

Com efeito, a DAI é uma autodeclaração na plataforma eletrônica do órgão ambiental licenciador, da qual será gerado de forma eletrônica o Termo de Compromisso Ambiental (TCA), que por sua vez constitui um título executivo extrajudicial.

Ante o exposto, a fim de esclarecer o debate, almeja-se neste artigo demonstrar a definição da DAI como instrumento de estímulo à proteção do meio ambiente e avaliar se os benefícios isentivos concedidos aos aderentes cumpridores do compromisso de reparação são juridicamente justificáveis frente ao objetivo corretivo pretendido pelo instrumento.

Para isso, inicialmente, será realizada a caracterização geral dos instrumentos econômicos de estímulo à proteção ao meio ambiente. Posteriormente, será demonstrado de forma detalhada a DAI, partindo da interpretação da Lei nº 21.231/2022. Por último, será observado que a reparação e proteção ao meio ambiente, são medidas mais importantes que a punição.

2 A PROTEÇÃO AMBIENTAL POR INCENTIVOS: A UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PARA ESTÍMULO DE COMPORTAMENTOS

Em matéria ambiental, a intervenção estatal pode ser identificada, por exemplo, de modo preventivo ou punitivo, quando impõe medidas de reparação a degradações ao meio ambiente.

Assim, Bezerra (2021, p. 68) apresenta que “há várias justificativas e razões para regular a utilização do meio ambiente e dos recursos naturais e uma ampla gama de instrumentos para garantir as metas perseguidas pela regulação ambiental.”

Vale ressaltar que, a relação entre economia e meio ambiente está presente no impacto que a economia causa no meio ambiente, por meio do crescimento econômico e da utilização dos recursos naturais para tanto, observa-se:

O fato é que um esquema analítico focado somente nas relações existentes dentro da “caixa” que representa o sistema econômico será fatalmente reducionista e limitado, dado que o meio ambiente interage com a economia, sendo fornecedor de insumos e receptor de dejetos/resíduos resultantes dos processos de produção e consumo. Além disso, o sistema econômico atua num determinado espaço, alterando-o consideravelmente devido a sua expansão. Assim, pode-se dizer que a economia apresenta impactos sobre o meio ambiente, os quais são função da escala (tamanho, dimensão) do sistema econômico e do estilo dominante de crescimento econômico (modo pelo qual o sistema econômico se expande). (ANDRADE, 2008, p. 4)

Neste sentido, interpreta-se este cenário como as normas de comando e controle, ou seja, são aquelas normas que fixam regras, procedimentos e padrões determinados para as atividades econômicas, cuja finalidade é garantir o cumprimento dos objetivos da política pública em questão, conforme Bezerra (2021, p. 70) ao dizer que “quando se trata do Direito Ambiental, a uma primeira vista podemos imaginar que há um domínio significativo dos instrumentos de comando e controle.”

As normas de comando e controle são as mais utilizadas no ordenamento jurídico ambiental, em razão da produção de efeitos imediatos que satisfazem o controle estatal de forma clara e objetiva, bem como satisfaz a sociedade através da sua expectativa punitiva, veja-se:

A regulação direta ou comando e controle, também conhecida como regulação ambiental prescritiva, é um rótulo que abrange uma ampla gama de estratégias regulatórias que compartilham a características comum de estabelecerem objetivos e obrigações que devem ser cumpridos pelos cidadãos e pelas empresas. (BEZERRA, 2021, p. 71)

Contudo, há de se considerar a impossibilidade de tamanho controle exercido pelo Estado, uma vez que seria necessário avaliar custos e benefícios dos impactos ambientais causados pelas atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras.

Seguindo este raciocínio, Bezerra (2021, p.71) afirma que “o comando e controle não consegue minimizar os custos para se atingir um determinado objetivo ambiental, sendo excessivamente prescritivo, e promovendo uniformidade desnecessária.”

Com efeito, para se obter tamanha eficácia, haveria a necessidade de se conhecer os detalhes de cada atividade poluidora ou potencialmente poluidora, ao passo que o Estado precisaria de estrutura e recursos humanos para conseguir tamanha efetividade, porém, esta não é a realidade estatal.

Ressalta-se, portanto a complexidade e dificuldade de aplicação de normas de comando e controle adequadas sob a perspectiva econômica, posto que a obtenção de informações detalhadas e exatas das atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras se tornam um obstáculo para o Estado, em razão do custo que isso representa.

Lado outro, mesmo diante de proibições e penalidades para condutas que causam a degradação do meio ambiente, somados ao déficit fiscalizatório, nem sempre serão capazes de assegurar a reparação do dano ambiental, observa-se:

Propõe-se que normas promocionais costumam alinhar mais eficazmente os incentivos e tendem quem sabe a proteger mais o meio ambiente do que normas repressivas que buscam apenas indenizar as vítimas de um acidente. (NUSDEO; TRENNEPOHL, 2019, p. 47)

É nesse cenário que surge a utilização de instrumentos econômicos como alternativa de realização eficaz da política pública de proteção ao meio ambiente, percebe-se:

O fundamental é reconhecer, na construção dos instrumentos econômicos que queremos, a importância de se estabelecer meticulosamente os objetivos da política ambiental que será instrumentalizada, para que esta política possa se apoderar dos instrumentos econômicos mais adequado para atingir os seus objetivos. (BEZERRA, 2021, p. 89)

Para que se possa atingir o objetivo do equilíbrio ecológico, os instrumentos econômicos são utilizados como estímulos ao comportamento humano, nota-se:

Acerca das sanções positivas, Maurício Benevides Filho explica que a motivação é um fator decisivo para que se siga o caminho tracejado. Isso porque, “é necessário fornecer ao home um interesse para realizar bons atos”, prevenindo comportamentos aos fins almejados. Por isso, a solução para os problemas é mais incentivadora do que coatora, fortalecendo-se as ações benéficas por meio de normas jurídicas que tenham

como escopo disciplinar uma ação ou omissão humana, distribuindo uma recompensa para aqueles que assim agirem. (NUSDEO; TRENNEPOHL, 2019, p. 64)

Conforme Bezerra (2021, p. 75), “os instrumentos econômicos deixam de ordenar condutas aos atores ambientais e buscam influenciar seu comportamento impondo custos econômicos ou conferindo benefícios econômicos.”

Considerando o pressuposto de que as pessoas respondem a estímulos, os instrumentos econômicos surgem para ser utilizados para conduzir as condutas humanas para a proteção ou reparação ambiental de forma espontânea a voluntária.

3 DEFINIÇÃO JURÍDICA DA DECLARAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL DA LEI ESTADUAL Nº 21.231 DE 2022

No Brasil, os instrumentos econômicos são considerados instrumentos da política nacional de meio ambiente, conforme prevê o artigo 9º, inciso XIII, da Lei nº 6.938/1981, veja-se:

Art. 9º - São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente:
XIII - instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros. (BRASIL, 1981)

Neste sentido, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente não cuidou de conceituar os instrumentos econômicos, mas indica expressamente alguns exemplos. Porém, os instrumentos econômicos não se limitam somente aos exemplificados, uma vez que a Lei antevê a hipótese de outros instrumentos econômicos.

Assim, no dia 10 de janeiro de 2022, no Estado de Goiás, começou a vigorar a Lei nº 21.231 de 2022, que assim dispõe:

Dispõe sobre a regularização de passivos ambientais de imóveis rurais e urbanos, bem como a compensação florestal e a compensação por danos para regularizar a supressão da vegetação nativa realizada sem a prévia autorização do órgão ambiental competente, também a definição dos parâmetros da compensação florestal e da reposição florestal no Estado de Goiás. (GOIÁS, 2022)

Nota-se, portanto que a Lei nº 21.231 de 2022, trata da regularização de passivos ambientais de imóveis rurais e urbanos, bem como dos instrumentos de reparação do dano

ambiental causado, tais como a compensação florestal, compensação por danos, e, por fim, a recuperação da área degradada.

Dessa forma, insta expor o caput do artigo 1º da Lei Estadual nº 21.231/2022:

Art. 1º Sem prejuízo de outros instrumentos previstos na legislação, os passivos ambientais das propriedades rurais e urbanas poderão ser regularizados por meio de declaração voluntária do interessado, com o preenchimento do formulário eletrônico denominado Declaração Ambiental do Imóvel – DAI na plataforma eletrônica do órgão licenciador. (GOIÁS, 2022)

Percebe-se que a DAI é autodeclaratória, ou seja, a própria pessoa interessada em formalizá-la junto ao órgão ambiental competente, é que irá preencher o formulário eletrônico com as informações pertinentes. Desse modo, o artigo 2º da mesma Lei Estadual complementa:

Art. 2º Declarada a existência de passivos ambientais por meio da DAI de que trata o art. 1º desta Lei, será gerado eletronicamente o Termo de Compromisso Ambiental - TCA, com força de título executivo extrajudicial, conforme o art. 87 da Lei estadual nº 18.102, de 18 de julho de 2013, e o art. 31 da Lei estadual nº 20.694, de 2019, para permitir que as pessoas físicas e jurídicas possam promover as correções necessárias de suas atividades e atender ao que dispõe a legislação ambiental aplicável.

§ 1º Se não existirem irregularidades, será gerada a Declaração de Inexistência de Passivos Ambientais.

§ 2º O cumprimento integral das obrigações assumidas no TCA ensejará a emissão da Declaração de Inexistência de Passivos Ambientais. (GOIÁS, 2022)

Interpreta-se, portanto, que a autodeclaração no formulário virtual da DAI gerará de forma eletrônica, o Termo de Compromisso Ambiental (TCA), que por sua vez constitui título executivo extrajudicial.

Vale ressaltar que, no caso de existir irregularidades, será gerada a Declaração de Inexistência de Passivos Ambientais somente quando restar constatado o cumprimento integral das obrigadas assumidas no TCA.

Por outro lado, na hipótese de não haver irregularidades, automaticamente será gerada a Declaração de Inexistência de Passivos Ambientais.

Há de se destacar, o disposto no artigo 7º, *caput*:

Art. 7º As informações prestadas na DAI não caracterizam o reconhecimento de práticas infracionais ou criminais, ou mesmo a confissão de danos, pois a sua validade e a sua eficácia são única e exclusivamente vinculadas a uma finalidade administrativa, especialmente para a obtenção de licenciamentos ambientais de atividades ou empreendimentos relacionados ao imóvel, sem que elas possam ser utilizadas para gerar responsabilidade administrativa, civil ou penal. (GOIÁS, 2022)

Deste modo, nota-se que a finalidade da DAI é definida para a obtenção de licenciamentos ambientais de atividades ou empreendimentos relacionados ao imóvel.

O segundo ponto importante do mesmo artigo, diz respeito à anistia em que é concedida, ou seja, a autodeclaração não caracteriza o reconhecimento de condutas infracionais ou criminais, de forma que são dispensadas as responsabilidades administrativa, civil e penal.

Contudo, importante registrar que não se trata de isenções ilimitadas, pois é condicionada a reparação do dano ambiental por meio de obrigações assumidas no TCA, assim como a regularização das atividades exercidas no imóvel.

Com efeito, cumpre destacar o *caput* dos artigos 13 e 14 que versam sobre o marco temporal da DAI, verifica-se:

Art. 13. A regularização da conversão do uso do solo para implantação de atividades de agricultura, pecuária extensiva ou silvicultura, realizada sem prévia autorização entre os dias 22 de julho de 2008 e 27 de dezembro de 2019, nos termos do art. 30 da Lei estadual nº 20.694, de 2019, e do § 2º do art. 44 do Decreto estadual nº 9.710, de 2020, observará o disposto nesta Lei, inclusive nos parâmetros definidos em seu Anexo I, assim descritos:

(...)

Art. 14. A regularização da conversão do uso do solo para implantação de empreendimentos ou atividades não contemplados no art. 13 desta Lei realizada sem prévia autorização entre os dias 22 de julho de 2008 e 27 de dezembro de 2019, conforme o disposto no art. 30 da Lei estadual nº 20.694, de 2019, e no § 2º do art. 44 do Decreto estadual nº 9.710, de 2020, observará o disposto nesta Lei, inclusive nos parâmetros definidos em seu Anexo II, assim descritos: (GOIÁS, 2022)

Percebe-se que o *caput* destes artigos menciona o lapso temporal em que será aplicada a sua inteligência, qual seja, entre 22 de julho de 2008 e 27 de dezembro de 2019, ou seja, a DAI será utilizada somente nos casos das condutas infracionais ocorridas entre estas datas.

Isso porque, no dia 22 de julho de 2008 começou a vigorar o Decreto Federal nº 6.514/2008, que “dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para a apuração destas infrações, e dá outras providências.”

Além disso, no dia 27 de dezembro de 2019, entrou em vigor, no Estado de Goiás, a Lei nº 20.694/2019, que por sua vez, “dispõe sobre normas gerais para o Licenciamento Ambiental do Estado de Goiás, e dá outras providências.”

Outrossim, importante ressaltar que a regularização dos passivos ambientais antes de 22 de julho de 2008 se dará por meio do Programa de Regularização Ambiental (PRA) e de seu respectivo Termo de Adesão e Compromisso, nos termos do artigo 1º, §1º, verifica-se:

Art. 1º Sem prejuízo de outros instrumentos previstos na legislação, os passivos ambientais das propriedades rurais e urbanas poderão ser regularizados por meio de declaração voluntária do interessado, com o preenchimento do formulário eletrônico denominado Declaração Ambiental do Imóvel - DAI na plataforma eletrônica do órgão licenciador.

§ 1º A regularização dos passivos ambientais referentes à supressão irregular de vegetação nativa anterior ao dia 22 de julho de 2008 será feita por meio do Programa de Regularização Ambiental - PRA e de seu respectivo Termo de Adesão e Compromisso, conforme o art. 59 da Lei federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e o art. 45 da Lei estadual nº 18.104, de 2013, com a garantia de utilização das áreas rurais consolidadas e a obediência das regras específicas para as áreas de preservação permanente, a reserva legal e as áreas de uso restrito. (GOIÁS, 2022)

Seguindo este raciocínio, porém, quanto à regularização dos passivos ambientais constituídos após o dia 27 de dezembro de 2019, será através da de autorização corretiva no sistema eletrônico de licenciamento ambiental utilizado no Órgão Ambiental do Estado de Goiás, denominado como Sistema Ipê, conforme o *caput* do artigo 19 da mesma Lei, nota-se:

Art. 18. A regularização da conversão do uso do solo para implantação de atividades ou empreendimentos de qualquer natureza realizada sem prévia autorização depois do dia 27 de dezembro de 2019 se fará por meio de autorização corretiva no Sistema Ipê, com a observação das seguintes condições, concomitantemente: (GOIÁS, 2022)

Partindo deste contexto, apesar de ainda não implementada, resultando na impossibilidade de verificar sua real eficácia, percebe-se que a reparação do dano na hipótese do passivo ambiental, será atendida por meio da DAI, por meio do instrumento criado pelo Estado, que estabelece condições para que a regularização do passivo ambiental e das atividades exercidas no imóvel de forma menos impositiva, oferecendo em contrapartida a anistia das responsabilidades administrativa, civil e criminal, significando uma estratégia econômica de estímulo legítimo face ao benefício ao meio ambiente de modo espontâneo pelos infratores.

4 A DAI COMO INSTRUMENTO ECONÔMICO: REPARAÇÃO DO DANO COMO MEDIDA MAIS IMPORTANTE QUE A PUNIÇÃO

Inicialmente, cumpre destacar a relação do meio ambiente com os fundamentos e objetivos da República Federativa do Brasil.

Pode-se dizer que a análise desta relação é feita sob o viés econômico, da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, isso se dá, por sermos um país com sistema econômico capitalista, mas limitado pelo direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, de forma a garantir um desenvolvimento nacional, com

desenvolvimento econômico, social e sustentável que também objetive reduzir a pobreza e as desigualdades regionais, promovendo a dignidade ambiental da pessoa humana.

Neste raciocínio, o doutrinador Luiz Regis Prado expõe:

É dentro dessa perspectiva de melhoria da qualidade de vida e de bem-estar social a alcançar que o texto maior erige como direito fundamental o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, indispensável à vida e ao desenvolvimento do ser humano. Essa particularidade vem manifestada na valorização concreta da condição humana digna, da qualidade de vida do ser humano como dado vital inerente ao seu desenvolvimento enquanto pessoa. (PRADO, 2019, p. 21 e 22)

É preciso entender que o crescimento econômico não poderá ser infinito, pois depende diretamente da disponibilidade dos recursos ambientais naturais, que são moderados, já podendo, inclusive, ter ultrapassado os limites globais da sustentabilidade.

Logo, o conceito de desenvolvimento nacional é um conceito de desenvolvimento sustentável, ou seja, significa que os proprietários e possuidores rurais podem e devem almejar resultados econômicos e lucratividade, mas com respeito e melhor utilização do meio ambiente e dos recursos naturais, gerando retorno e responsabilidade social, veja-se:

O mais consagrado dispositivo constitucional é, sem dúvida, o que impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado como essencial à sadia qualidade de vida das presentes e futuras gerações. (TRENNEPOHL, 2019, p. 20)

Neste sentido, explana o artigo 225, §2º da Constituição Federal:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei. (BRASIL, 1988)

No Brasil, o legislador da carta magna explicitamente evidencia a obrigação de recuperar o meio ambiente a quem o degrada, porém os instrumentos que serão utilizados para promover a recuperação do meio ambiente, são expressamente definidos em Leis infraconstitucionais.

Mas o questionamento deste trabalho gira em torno de como se dará a proteção ao meio ambiente com a utilização da DAI como instrumento econômico previsto no Estado de Goiás.

De início, cumpre ressaltar que, a finalidade fundamental do Direito Ambiental é prevenir e controlar os danos ambientais, ao passo que, quando ocorre uma lesão ao meio ambiente, através de uma infração ambiental, pode-se dizer que a finalidade fundamental não foi alcançada, por falha dos instrumentos ou falha na sua aplicação.

De acordo com Farias e Ataíde (2021, p. 112), “a quase exclusividade na utilização dos instrumentos de comando e controle na política ambiental seria um equívoco. Assim sendo, faz-se necessário contemplar, também, outros instrumentos.”

Contudo, nada obstante a “lacuna” do Direito Ambiental, a resposta jurídica aos danos ambientais também constitui Direito Ambiental, uma vez que as funções das penalidades aplicadas aos infratores do meio ambiente possuem natureza reparatória, punitiva, mas também preventivas e educativas, conforme se depreende do artigo 101, §1º, do Decreto Federal nº 6.514/2008, observa-se:

Art. 101. Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

I - apreensão;

II - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

III - suspensão de venda ou fabricação de produto;

IV - suspensão parcial ou total de atividades;

V - destruição ou inutilização dos produtos, subprodutos e instrumentos da infração;

e

VI - demolição.

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo. (BRASIL, 2008)

Em razão da impossibilidade de se evitar as lesões ao meio ambiente, o direito ambiental passa a assumir como prioridade as medidas de reparação do dano ambiental, com a finalidade de resgatar o equilíbrio ecológico.

Nesse sentido, os instrumentos econômicos devem ser pensados como estratégias complementares aos instrumentos de comando e controle, com vistas a melhorar a performance da gestão ambiental, em prol da sustentabilidade, vez que a utilização quase exclusiva dos instrumentos de comando e controle empregados na política ambiental não têm sido suficientes para sua efetividade. (FARIAS; ATAÍDE, 2021, p. 113)

É nesse contexto que surge a DAI, a qual foi instituída com o objetivo de estimular a regularização dos passivos ambientais entre 22 de julho de 2008 e 27 de dezembro de 2019, sob responsabilidade dos proprietários ou possuidores do imóvel rural, que, de forma voluntária, poderiam aderir a DAI, mediante anistia nas esferas administrativa e criminal.

Em síntese, para estimular a colaboração dos proprietários e possuidores rurais, na regularização de seu passivo ambiental, previu a anistia administrativa e criminal, para as infrações ambientais cometidas, pois a reparação comparada a punição, resulta-se em mais benefícios ao meio ambiente.

Segundo Farias e Ataíde (2021, p. 123), “observa-se que os instrumentos econômicos apresentam grande potencial, em complementariedade aos de comando e controle, para a melhoria da qualidade ambiental em busca de sistemas mais sustentáveis.”

Interpreta-se que a DAI é um instrumento legítimo, como até mesmo aconselhável, por assegurar maior efetividade à reparação do meio ambiente, que, é prioritária em relação à punição no Direito Ambiental.

5 CONCLUSÃO

A Declaração Ambiental do Imóvel (DAI), criada pelo artigo 1º da Lei nº 21.231/2022 do Estado de Goiás, é eficaz como estratégia de proteção ao meio ambiente, exercendo como instrumento econômico de estímulo à reparação voluntária do passivo florestal constituído entre 22 de julho de 2008 e 27 de dezembro de 2019, ao conferir em equivalência à efetivação da regularização do passivo ambiental.

Essa eficácia da DAI como instrumento econômico, porém, não invalida os métodos tradicionais, uma vez que, o que se conclui é que há uma união de mecanismos.

Ressalta-se que, a obrigação de se reparar o dano ambiental existe em qualquer hipótese. Logo se o interessado não aderir a DAI, poderá o órgão ambiental identificá-lo e puni-lo comumente.

Contudo, apesar de ainda não implementada, ao prever a DAI como instrumento com benefícios relevantes e efetivamente positivos, o legislador estadual incentivou que esses infratores espontaneamente compareçam e avoquem o acordo de realizar a regularização ambiental, o que aumenta a efetividade da reparação pela colaboração direta do infrator e facilita a ação fiscalizatória do órgão ambiental.

É certo que a tríplice responsabilidade ambiental é cabível e indispensável, uma vez que, conforme demonstrado, é constitucionalmente prevista. Porém, não se pode omitir-se que, ao final, o primordial é que o meio ambiente seja preservado.

Conclui-se que é mais importante a reparação ambiental que a punição das condutas infracionais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Daniel Caixeta. **Economia e Meio Ambiente: aspectos teóricos e metodológicos nas visões neoclássica e da economia ecológica.** Leituras de Economia Política, v. 14, p. 1-31, 2008. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/48617484/Economia-e-Meio-Ambiente.2-libre.pdf?1473179070=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DEconomia_e_meio_ambiente_aspectos_teoric.pdf&Expires=1680441328&Signature=Na0UJbTGHm~BZbJ3wRiH3-u0561kzejPSZ6LF-JQXQt-dYE5IIMTJPKHLbuqhiJFtoH-mjh7bJ8X-DuPsEEFzGJGGtBKafyIR2ejHQh6H7euzJ8mKXsowQt~zIrlnNPiHDIazpDcOjYMoajp4vmY4Iy~0eKUIPz~NZ0WY7PhmbkZK2wBvsnD3AQbmNfSRrKjoYxWS69SanVofpV1gcalIW61QhtqP3sQl~jEt0R-Q2NrO6sfSfCjBtPKmDcWsh-6AED~k45Fe2jGFYcKWgSeIUaYfwaPRrkd7U6uoj6hmzSdDBLaz7eeiXG5GXrLrIZ1Ihtl38bT409IPowxoi8Q3Q__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA> Acesso em: 15 mar. 2023.

BEZERRA, Luiz Gustavo Escorcio. **Direito Ambiental Econômico: mercado como instrumento do meio ambiente.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição:** República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 nov. 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 jul. 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm> Acesso em: 17 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm> Acesso em: 17 dez. 2022.

FARIAS, Talden; ATAÍDE, Pedro. **Direito Ambiental Econômico: Instrumentos Econômicos de Política Ambiental.** Andradina: Meraki, 2021.

GOIÁS. **Lei nº 21.231**, de 10 de janeiro de 2022. Dispõe sobre a regularização de passivos ambientais de imóveis rurais e urbanos, bem como a compensação florestal e a compensação por danos para regularizar a supressão da vegetação nativa realizada sem a prévia autorização do órgão ambiental competente, também a definição dos parâmetros da compensação florestal e da reposição florestal no Estado de Goiás. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/104746/lei-21231> Acesso em: 04 nov. 2022.

NUSDEO, Ana Maria de Oliveira; TRENNEPOHL, Terence. **Temas de Direito Ambiental Econômico.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

PRADO, Luiz Regis. **Direito Penal do Ambiente: crimes ambientais (Lei 9.605/1998)**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

TRENNEPOHL, Curt et al. **Infrações Ambientais: comentários ao Decreto 6.514/2008**. 3. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.